

GUALDADE NA ESCOLA: PRÁTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA SÃO SEBASTIÃO, BREJINHO, PERNAMBUCO

Amanda Rafaela Ferreira Souza¹, Luiza Cristina Feitosa², Glícia Joama Alves da Costa³, Danniely Alves Benício⁴

¹Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: amanda-souzaah@hotmail.com

²Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: luisa_cristyna@hotmail.com

³ Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: gliciajmalves@yahoo.com.br

⁴ Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: dannielybenicio@gmail.com

RESUMO: A inclusão escolar da pessoa com necessidades especiais é um tema de grande importância e vem ganhando espaço cada vez maior em debates e discussões. Para que haja a inclusão escolar são necessárias mudanças na escola, sejam na estrutura e na formação do quadro docente, com as adaptações arquitetônicas necessárias e a formação contínua dos profissionais. A pesquisa foi realizada na escola São Sebastião em Brejinho, Pernambuco, com 63 alunos do 7º e 8º anos, sendo 60,3% (n = 38) do gênero feminino e 39,7% (n = 25) do gênero masculino, com faixa etária 12 e 16 anos. Dos alunos entrevistado (63,5, n=40) concordaram completamente quando foram questionados se os professores debatem sobre educação especial em suas aulas. A maioria dos alunos entrevistados (74,6%, n=47) concorda que os professores incluem e interagem com as pessoas que apresentam deficiência durante as aulas. Quanto à inclusão e conscientização dos alunos por parte dos professores e da escola (87,3, n=55) concordaram completamente com o exercício de tal prática. Conclui-se que os alunos e professores apresentam atitudes positivas para com as pessoas especiais, contribuindo com o seu dia-a-dia e os tratando de maneira igualitária aos demais colegas; a escola apresenta uma estrutura que pode receber estudantes especiais mas que precisa ser melhorada; e há a necessidade de maiores investimentos por parte do governo para garantir uma melhor qualidade de vida dos alunos com algum tipo de deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Necessidades especiais, Conscientização; Ajuda.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar da pessoa com necessidades especiais é um tema de grande importância e vem ganhando espaço cada vez maior em debates e discussões que explicitam a necessidade de a escola atender as diferenças presentes nas condições humanas, incluindo todos os tipos de deficiência.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) marcam, no plano internacional, momentos históricos em prol da Educação Inclusiva. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III (Brasil, 1988), o Plano Decenal de Educação para todos, 1993 – 2003 (MEC, 1993) e os Parâmetros Curriculares



Nacionais (MEC, 1999) são exemplos de documentos que defendem e asseguram o direito de todos à educação. Esses documentos mostram que toda a criança tem o direito de estudar e devem ser acolhidas pela escola independente de sua deficiência, condições físicas, sociais, emocionais e intelectuais.

As pessoas com necessidades educacionais especiais devem se beneficiar da cultura na qual está inserida, sendo que essas interações propulsoras para o desenvolvimento pleno do indivíduo e à construção de mecanismos que norteiem as capacidades cognitivas e individuais das pessoas especiais (Vygotsky, 1987)

Para que haja a inclusão escolar são necessárias mudanças na escola, sejam na estrutura e na formação do quadro docente, com as adaptações arquitetônicas necessárias e a formação contínua dos profissionais. Há a necessidade de formação dos professores em níveis teóricos, práticos e pessoais para edificar práticas que realmente estimulem a autonomia e a criatividade do aluno com deficiência múltipla (ESTEBAN, 1989).

A escola atua como reprodutora das estruturas dominantes, interferindo diretamente na formação do indivíduo, pois preenche diferentes funções, estabelecendo objetivos distintos, incluindo o acesso ao ensino, o tipo de formação profissional, a condição social, econômica e cultural dos alunos, sendo assim a escola é o ponto inicial da formação e capacitação dos indivíduos (VALLE, 2013).

A educação é uma das esferas da justiça. Por essa razão, sua perspectiva teórica assume uma grande importância nas discussões a respeito do que seria uma escola justa. Justiça e igualdade são os fatos que levam a criticidade da questão de igualdade (MARTUCCELLI, 2011).

Nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa foi verificar as práticas inclusivas de alunos do ensino fundamental II da escola pública São Sebastião no município de Brejinho, Pernambuco, sob o contexto de igualdade na escola, evidenciado sob ações dos próprios alunos, dos professores, da escola e do governo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município de Brejinho, Pernambuco em uma Escola Municipal de ensino fundamental: A Escola São Sebastião. Brejinho é um município localizado na macrorregião do Sertão pernambucano e na microrregião do Pajeú (IBGE, 2015).

O tamanho amostral foi estabelecido definindo a amostra a partir do número total de alunos que estudam na escola segundo Rocha (1997), e considerando um erro padrão de 5%. Dessa forma, foi determinada uma amostra de 63 alunos, sendo realizada de forma aleatória simples, entre as turmas de 7º e 8º anos do ensino fundamental.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário contendo 10 afirmativas (Tabela 1). As afirmativas versavam sobre temas sociais relacionados à inclusão das pessoas com deficiência por parte dos alunos, dos professores, da escola onde estudam e do governo, sendo todas construídas de acordo com a escala de Likert com 5 níveis de respostas: 1- Concordo completamente, 2 - Concordo em grande parte, 3 - Indiferente, 4 - Discordo em grande parte, 5 - Discordo completamente.

Tabela 1- Afirmativas aplicadas aos alunos entrevistados

Afirmativas
1. Trato os colegas com deficiência igual aos demais colegas
2. A pessoa especial deve ter maior atenção e cuidados
3. Os professores incluem e interagem com as pessoas que apresentam deficiência durante as aulas
4. A escola que estudo tem estrutura para receber pessoas com deficiência
5. A escola que estudo apoia os alunos especiais nas atividades docentes
6. Os professores juntamente com a escola conscientizam os alunos sobre a inclusão social e a igualdade
7. Os professores debatem sobre educação especial em suas aulas
8. Me esforço para tratar da maneira adequada as pessoas especiais da minha escola
9. Vejo investimentos por parte do governo para a qualidade de vida da pessoa com deficiência
10. Participo de palestras que abordam deficiência

Fonte: Autores, 2016.

A análise das respostas se deu por meio da estatística descritiva, utilizando o software Microsoft Excel, onde gerou-se também, a média do nível de conhecimento e das práticas inclusivas dos alunos, professores e da escola para o tema relacionado a inclusão social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 63 alunos, sendo 60,3% (n = 38) do gênero feminino e 39,7% (n = 25) do gênero masculino, com faixa etária 12 e 16 anos.

As respostas dos alunos entrevistados para os itens de múltiplas escolhas estão relacionadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Frequência das respostas dos alunos entrevistados para as questões construídas segundo o modelo da escala de Likert

Afirmativas	Concorda completamente	Concorda em grande parte	Indiferente	Discordo em grande parte	Discordo completamente
1. Trato os colegas com deficiência igual aos demais colegas	87,3	12,7	0	0	0
2. A pessoa especial deve ter maior atenção e cuidados	88,9	11,1	0	0	0
3. Os professores incluem e interagem com as pessoas que apresentam deficiência durante as aulas	74,6	22,2	3,2	0	0
4. A escola que estudo tem estrutura para receber pessoas com deficiência	31,7	28,6	33,3	6,4	0
5. A escola que estudo apoia os alunos especiais nas atividades docentes	77,8	15,9	6,3	0	0
6. Os professores juntamente com a escola conscientizam os alunos sobre a inclusão social e a igualdade	87,3	12,7	0	0	0
7. Os professores debatem sobre educação especial em suas aulas	63,5	30,2	6,3	0	0
8. Me esforço para incluir as pessoas especiais no meu grupo de colegas e de estudo	77,8	17,5	4,7	0	0
9. Vejo investimentos por parte do governo para a qualidade de vida da pessoa com deficiência	31,7	38,1	11,1	15,9	3,2
10. Participo de palestras que abordam deficiência	81,0	15,9	3,2	0	0

Fonte: autores, 2016

Em relação ao tratamento com igualdade para com os colegas com deficiência, foi possível verificar que (87,3%, n = 55) afirmam que concordam completamente com a afirmativa, demonstrando assim que não os tratam com indiferença pelo simples fatos de serem especiais.

As pessoas com alguma deficiência merecem todo apoio e colaboração por parte da população, da escola e dos professores, pois a igualdade é baseada em ações e atitudes individuais, e o coletivo formará uma sociedade mais justa com oportunidades das todos.

Silva; Diniz (2012) mostram a deficiência não se resume aos impedimentos corporais, sendo possível uma pessoa ter impedimentos e não se restringir sua participação em meio a sociedade pelas barreiras existentes à vida social.

Para favorecer o desenvolvimento dos alunos portadores de necessidades educativas especiais, a inclusão escolar deve ser o ponto inicial, pois assim se formarão indivíduos conscientes e sem preconceito, mas sim indivíduos que praticam a inclusão (BUSCAGLIA, 1993).

Apesar de a deficiência não ser uma limitação para a vivência em sociedade, quando questionado aos alunos entrevistados se a pessoa especial deve ter maior atenção e cuidados (88,9%, n=56) responderam que concordam completamente com tal afirmativa, pois elas precisam de atenção e apoio por parte de todos, para não se sentirem indiferentes e excluídos, mas sim importantes, como o realmente são.

A maioria dos alunos entrevistados (74,6%, n=47) concorda que os professores incluem e interagem com as pessoas que apresentam deficiência durante as aulas, não os tratando com indiferença, mas sim como alunos iguais aos outros.

As causas das dificuldades de aprendizagens, geralmente não estão relacionadas a deficiências, mas sim a fatores de natureza endógena, denominados por Rotta, Ohlweiler, Riesgo (2006) como transtornos de aprendizagens. No entanto, as dificuldades para aprender resultam também da combinação de vários fatores pedagógicos, culturais, sociais e afetivos (ANACHE; RESENDE, 2016).

As escolas precisam ajustar-se as necessidades impostas pelas pessoas com deficiência para acomodá-las de maneira satisfatória. Quando questionados se a escola que estudam tem estrutura para receber pessoas com deficiência, a maioria dos alunos entrevistados (33,3%, n=21) demonstram indiferença, ficando claro a visão crítica acerca da estrutura da escola e da necessidade de adequação para os alunos especiais, visto que a indiferença dos alunos mostra que a escola pode receber alunos com deficiência, porém seria essencial mudanças.



De acordo com Burke (1993) é necessário que o ambiente de aprendizagem é seja favorecedor, que exista oferta de recursos audiovisuais, se ocorreu a eliminação de barreiras arquitetônicas, que existem salas de apoio pedagógico para estimulação e acompanhamento dos alunos especiais, se os currículos e estratégias de ensino estão adequados à realidade dos alunos e se todos da escola estão aptos para atender o portador de deficiência com o respeito e a consideração que merecem.

As escolas devem apoiar os alunos especiais nas suas atividades docentes, quando os alunos foram questionados sobre tal questão (77,8%, n=49) atestaram concordar completamente com tal prática exercida pela escola que estudam.

É necessário investir em ações que informam sobre o processo de aprendizagem desses estudantes e orientar os professores sobre as metodologias mais adequadas para organização do ensino e inclusão e participação de todos os alunos em suas aulas, sem privações (BRASIL, 2014).

Quanto à inclusão e conscientização dos alunos por parte dos professores e da escola (87,3, n=55) concordaram completamente com o exercício de tal prática, demonstrando assim o comprometimento e seriedade da escola e professores.

Os professores e a escola atuam como disseminadores do conhecimento assim é essencial que tenham comprometimento e visão crítica acerca da inclusão social e conscientizem seus alunos para tal prática, pois uma sociedade mais justa e igualitária será possível através da ação dos educadores principalmente.

Dos alunos entrevistado (63,5, n=40) concordaram completamente quando foram questionados se os professores debatem sobre educação especial em suas aulas. Através do debate sobre tal tema, torna-se possível formar a criticidade dos alunos em relação à inclusão social e a maneira pelo qual devem agir com seus colegas, sem preconceito e com respeito.

De acordo com Libâneo; Freitas (2013) a atividade pedagógico-didática proporciona desenvolvimento psicológico dos discentes, contribuindo para a formação do seu caráter e personalidade. A inclusão social traz oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência atua na transformação e socialização.



A integração professor-aluno só ocorre quando há uma visão despida de preconceito, cabendo ao professor favorecer o contínuo desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Não é tarefa fácil, mas é possível. Quando ocorre, torna-se uma experiência inesquecível para ambos.

É dever de todos os profissionais de escolas, de classes especiais, de salas de apoio a portadores de necessidades especiais, aos teóricos da educação inclusiva e aos profissionais das escolas regulares a função da integração de ações, da melhoria dos recursos e dos atendimentos, da criação de canais de comunicação que considerem a questão da inclusão social como prioritária (BUSCAGLIA, 1993).

Quanto à inclusão das pessoas especiais no grupo de colegas e de estudo (77,8%, n=49) dizem que o fazem, concordando completamente com tal afirmativa.

Para a apropriação das riquezas culturais, formulação das tarefas de estudo cuja solução exija dos alunos a realização de experimentos; bem como a interação em grupos de colegas ajuda os alunos a agirem e se comportarem em meio social e a se sentirem incluídos socialmente contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e cognitivo (LIBÂNEO; FREITAS, 2013).

A interação aluno-aluno traz à tona as diferenças, as realidades e experiências distintas e a forma como eles lidam com o diferente, por isso é necessária à convivência com o “diferente” para que o torne igual a todos, não sendo limitados pela aparência e nem pelo físico mas sim pela personalidade e necessidade de atenção (SILVEIRA; NEVES, 2006).

Dos alunos entrevistados, a maioria (38,1, n=24) concorda em grande parte e não completamente que vê investimentos por parte do governo para a qualidade de vida da pessoa com deficiência, pois apesar de existir escolas e profissionais habilitados a cuidar e receber pessoas especiais, não é o suficiente pra atribuir qualidade de vida a todas as pessoas que possuem deficiência.

Um passo de extrema importância para que haja a inclusão social de portadores de deficiência é a instituição de mecanismos fortalecedores desses direitos; investimentos por parte do governo,

tais como destinação de maiores verbas públicas para os projetos que atendam esse segmento e participação de entidades de defesa de deficientes nos processos decisórios (PERKE, 1980).

Quando questionados sobre a participação de palestras que abordam a educação especial a maioria (81,0%, n=51) concordam completamente com sua participação em palestras, o que é de extrema importância visto que abordam a conscientização e inclusão.

Deve-se lutar a favor da inclusão social, pois é responsabilidade de cada um e de todos coletivamente, uma vez que o portador de deficiência tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, sendo cidadãos como todos nós.

Os alunos das escolas regulares devem receber orientações sobre a questão da deficiência e como devem conviver e respeitar as diferenças, o que não é tarefa fácil, mas não é impossível de ser realizada. Conscientizar os alunos de classes regulares a aceitarem e respeitarem os portadores de deficiência é um ato necessário e de cidadania (SILVEIRA; NEVES, 2006).

CONCLUSÃO

Conclui-se que os alunos e professores apresentam atitudes positivas para com as pessoas especiais, contribuindo com o seu dia-a-dia; os tratando de maneira igualitária aos demais colegas incluindo-os nas aulas; conscientizando os demais alunos acerca das necessidades de inclusão social.

A escola apresenta uma estrutura que pode receber estudantes especiais, mas que precisa ser melhorada, através da ampliação e adequação do espaço escolar; inserção de recursos audiovisuais e tecnologias que possibilitem a vida escolar dos alunos especiais. Há a necessidade de maiores investimentos por parte do governo para garantir uma melhor qualidade de vida dos alunos com algum tipo de deficiência.

REFERÊNCIAS

ANACHE, ALEXANDRA AYACH; RESENDE, DANNIELLY ARAÚJO ROSADO. **Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, p. 569-591, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Censo Escolar 2013 Brasília, DF: INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 27 Ago. 2016.

BURKE, C. **A special kind of hero**. Nova York, Barron's, 1993.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro, Record, 1993.

ESTEBAN, M. T. **Repensando o fracasso escolar**. Caderno de Pesquisa – CEDES. 28, 73-86, 1989

LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. M. **Vasily Vasilyevich Davydov: a escola e a formação do pensamento teórico-científico**. In: Longarezi, A. M.; Puentes, R. V. (Orgs.). Ensino desenvolvimental: vida, pensamento e obra dos principais representantes russos. Uberlândia: EDUFU, p. 315-350, 2013.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MARTUCCELLI, Danilo. **Grand résumé de la société singulariste**. SociologieS, Paris, Armand Colin, 2010a. Disponível em: <<http://www.sociologies.revues.org/index3344.html>>. Acesso em: 26 Ago. 2016.



Ministério da Educação e Cultura (1993). **Plano Decenal de Educação para Todos** – Brasília: MEC, 1993 a 2003.

PERKE, R. **New life in the Neighborhood**. United States, Paternon, 1980.

SILVA, Janaína Lima Penalva da; DINIZ, Debora. **Social minimum and equality: deficiency and LOAS assistance benefits**. Revista Katálysis, v. 15, n. 2, p. 262-269, 2012.

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, M. M. B. J. **Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores**. Psicologia: Teoria e pesquisa, v. 22, n. 1, p. 79-88, 2006.

UNESCO (1990). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Disponível em: < http://www.unesco.org.br/publicação/copy_of_pdf/decjomtien > Acesso em 28 de Ago. 2016.

VALLE, Ione Ribeiro. (In) **Justiça escolar: estaria em xeque a concepção clássica de democratização da educação?**. Educação e Pesquisa São Paulo, v. 39, n. 3, p. 659-672, 2013.

Vygotsky, L. S (1987). **Pensamento e linguagem**. (J. L. Camargo, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1962).

